

Índios, preguiça e outras folias de Momo

Felizmente nenhuma voz moralizante se levantou contra marchinhas antológicas, mas "politicamente incorretas", como 'A Turma do Funil' e 'Saca-Rolha', como fez agora a Funai e o Cimi, impedindo que a Viradouro associasse nossos silvícolas com o sétimo pecado capital

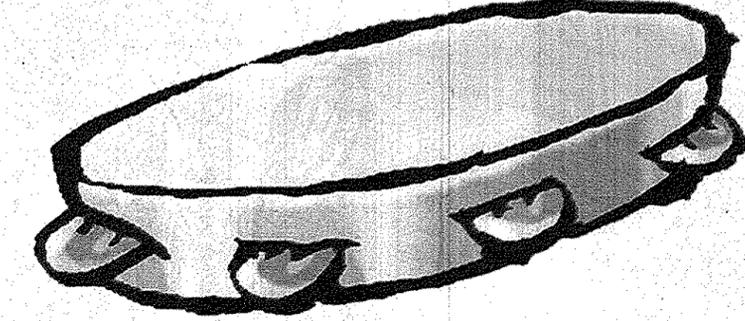
SÉRGIO AUGUSTO
Especial

Por mais que se diga que no carnaval vale tudo e não cabe censura, volta e meia arcebispos, delegados e magistrados resolvem quaresmar a festa, impondo-lhe regras que desnaturam a própria essência da folia carnavalesca. Supostos sacrilégios e hipotéticas indecências cometidos por alegorias e fantasias já fizeram perigar vários desfiles de escolas de samba. Este ano, sem sotainas ou togas em sua cola, a fuzarca pegou pela popa a intolerância de um novo e tinoso penetra: o politicamente correto.

Tão logo souberam que a Ala do Arranco da Unidos do Viradouro, cujo enredo são os Sete Pecados Capitais, entraria no Sambódromo com cem foliões fantasiados de índios com uma preguiça no colo, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) brandiram suas bordunas, obrigando a escola a eliminar do desfile qualquer associação de nossos silvícolas ao sétimo pecado capital. O presidente da Viradouro tentou explicar-se (a escola, que por sinal orgulha-se de ter como símbolo o heróico Araribóia, pretendia criticar a visão do índio como um selvagem preguiçoso disseminada pelos colonizadores portugueses), mas as duas entidades só baixaram suas armas depois da promessa de que apenas dorminhocos e malandros desfilariam na ala da preguiça.

"Por que não os baianos?", cobrou um engraçadinho presente ao armistício anunciado pelo presidente da Viradouro. Procedia a cobrança, pois o roteiro original do enredo, dizem, previa a inclusão de baianos na Ala do Arranco. No entanto, mesmo sem instituições poderosas a protegê-los e com o cartaz de ACM flagrantemente em baixa, os baianos não precisam preocupar-se: a Viradouro não pretende usá-los como protótipos da indolência. Macunaíma, que além de não ter caráter era preguiçoso pra chuchu, merecia uma vaga no desfile. Não inclui-lo, contudo, foi outra decisão sábia. Já imaginaram a quizumba se, como no filme do Joaquim Pedro, a figura de Macunaíma fosse representada por um negro? A Viradouro poderia até ser interdita com base na Lei Afonso Arinos.

A se acreditar nos testemunhos dos primeiros portugueses que aqui chegaram, nossos índios eram tão mandriões que não saíam de suas redes nem para fazer xixi. Tal fama - aditivada pela convicção de que os nativos desta terra dadivosa, com alimentos e água em abundância, podiam dar-se ao luxo de ficar de papo pro ar, alheios às necessidades de se construir uma civilização avançada como a dos maias, astecas e incas - pegou como visgo. Anchieta foi um dos que mais contribuíram para sua difusão. Não os via ape-



nas como preguiçosos congênitos, mas sobretudo como bárbaros e indomáveis, mais feras que seres humanos, para os quais não havia "melhor pregação do que espada e vara de ferro".

Outro prestigiado padre da época, Manuel da Nóbrega, tachou-os de bestiais e igualou-os a cães e porcos. Em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, publicado em 1587, Gabriel Soares de Souza reduziu-os à categoria dos muars. São as mais bárbaras criaturas que Deus criou, escreveu, acrescentando-lhe outros defeitos (a falta de religiosidade e lealdade) e, num delírio de interpretação, atribuindo a ausência das letras R e F no linguajar indígena ao desprezo que sentiam por tudo que se referia a rei (e, por extensão, à obediência) e à fé.

O velho e bom Montaigne discordava disso tudo. "Eles são selvagens no mesmo sentido em que o são os frutos que a natureza espontaneamente produz; deveríamos chamar de selvagens, na verdade, os que nós mesmos alteramos por meio de artifícios e desviamos da ordem comum". Para Montaigne, nossos índios viviam numa sociedade "mais perfeita" que a européia. Perfeita, quero crer, porque seus integrantes, além do mais, desfrutavam do privilégio da preguiça sem culpa, da indolência inconseqüente, da desídia sem pecado. Se o verbo ralar como sinônimo de dar duro já existisse no século 16, Gabriel Soares de Souza poderia ter dado outra interpretação à ausência do R no modo de falar dos índios que aqui encontrou. Quanto ao F, bem, faina não se escrevia com ph cinco séculos atrás, nem sequer em catalão, sua língua de origem.

Nossos índios deveriam orgulhar-se de seu pioneiro e exemplar culto ao ócio, abominado por gente nada recomendável como os nazistas (que afixaram uma descarada exaltação ao trabalho no pórtico de seus campos de concentração) mas endeusado por clarividentes filósofos da Antiguidade e alguns dos pensadores mais estimulantes do presente, que nunca leva-

ram a sério o ditado "Mãos desocupadas, oficina do Satanás", até por sabê-lo inventado por algum espertalhão religioso para demonizar o doce far niente e convencer os supersticiosos a aceitarem a exploração da sua (deles) mão-de-obra como um desejo divino.

Bertrand Russell, que de vadio nada tinha, era um pertinaz defensor do otium cum dignitate. Para ele, a conquista da felicidade e da prosperidade pressupunha uma diminuição organizada do trabalho. "Acho que já se trabalhou em demasia no mundo" - escreveu em seu famoso ensaio, *Elogio do Lazer*, salientando que "a crença de que o trabalho é virtuoso é imensamente nociva e que o necessário a ser pregado nos países industriais modernos é muito diferente de toda a pregação passada". Quatro horas de labuta dariam para garantir o mínimo indispensável para gozar a vida, acreditava o pensador inglês, desde que, é claro, todos, sem exceção, labutassem. Ou seja, desde que não mais existisse uma classe ociosa, hereditariamente ociosa e sem obrigações, vivendo à custa do batente alheio - e proclamando aos quatro ventos que o trabalho dignifica o homem.

Graças ao ócio de alguns, a humanidade saiu da barbárie, cultivando as artes, revelando as ciências, escrevendo livros, inventando a filosofia. Até mesmo a libertação dos oprimidos, lembra Russell, foi obra do lazer. Se a patuléia dispusesse de mais tempo livre para refinar o espírito, não haveria tanto ibope para o pagode, a bundamusic, o breganejo e as cafajestices dominicais de Faustão, Gugu e Silvio Santos.

Mas voltemos ao Sambódromo. O que é pior: ter fama de preguiçoso ou de truculento, mal-agrado e tarado? Faça essa pergunta porque há 40 anos a dupla Haroldo Lobo-Milton de Oliveira abafou no Carnaval com a marchinha *Índio Quer Apito*, e ninguém, nem sequer os irmãos Villas Boas, protestou. E olha que o índio em questão não só exigia que a mulher de um cara-pálida lhe desse um apito, em vez de

um colar, como ameaçava agredi-la ("se não der, pau vai comer!"), caso a troca não fosse feita. Como ninguém estrilou, três carnavais depois a mesma dupla tirou outro sarro dos nossos aborígenes, *Índia Vai Ter Neném*, cuja letra os reduzia a uma cambada de animais no cio. Queixas? Como da vez anterior, nenhuma.

E ainda bem que foi assim. Carnaval é brincadeira, zombaria, mordacidade - sempre inconseqüentes. Por isso, até hoje cantamos a batucada *Nega do Cabelo Duro* sem nos importarmos com suas possíveis conotações racistas e até as mulheres se esbaldam com as inócuas ameaças de agressão que Ary Barroso pôs em *Dá Nela* e Lamartine Babo em *Só Dando Com uma Pedra Nela*. Por isso, também, nenhuma voz moralizante levantou-se, na década de 50, contra o incentivo ao consumo desbragado de bebida alcóolica contido nas marchinhas *Saca-Rolha*, *A Turma do Funil* e *Me Paga um Óleo Aí*. Por isso, ainda, nenhuma associação de gagos protestou, em 1950, contra a *Marcha do Gago* nem implicou, quatro anos depois, com uma estrofe da marchinha *Piada de Salão*. Hoje, com o politicamente correto montando guarda com o corporativismo em tudo quanto é canto, o maior sucesso carnavalesco de Oscarito não escaparia a pressões nem se mudassem seu título para *Marcha do Deficiente Fônico*.

Algumas feministas da década de 70, precursoras do politicamente correto, surpreenderam Mário Lago com uma cobrança que nenhuma mulher, nem mesmo a sua, lhe fizera nos anos 40, quando *Amélia* estourou nas rádios e no salão. *Amélia* seria, segundo elas, um samba danado de machista, uma exaltação à passividade feminina. Bobice. Se bem ouvido e entendido, era, antes de mais nada, uma crítica às mulheres frívolas e perdulárias. *Amélia* era "mulher de verdade" porque, além de econômica, estava sempre do lado do marido quando a grana encurtava e não havia o que comer.

Noel Rosa teve mais sorte, pois já estava morto quando, no começo dos anos 70, desabou sobre sua reputação a pecha de anti-semita, por conta de duas referências caricaturais a judeus nos sambas *Quem Dá Mais?* e *Cordiais Saudações*.

Judeus e turcos sempre foram, entre nós, folclóricos sinônimos de prestamistas: em piadas, programas humorísticos, novelas, peças, romances e filmes. Por que haveria de ser diferente na música popular? Ainda mais em sambas compostos e gravados em 1930? Jorge Mautner, o autor da denúncia, não ficou sem resposta. Na edição seguinte do semanário *Pasquim*, sua tese foi rigorosamente autopsiada e sepultada no cemitério das banalidades por Millôr Fernandes - que, naturalmente, também deve ter achado absurdas as ameaças da Funai e do Cimi a Unidos do Viradouro.

'JÁ SE TRABALHOU EM DEMASIA NO MUNDO'

